



SANTA CASA
M o g i G u a ç u

**RELATÓRIO
CONTÁBIL
FINANCEIRO
EXERCÍCIO 2022**



APRESENTAÇÃO

Como Provedor da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, cumpro o honro dever de apresentar à consideração da Diretoria, dos Irmãos e, também da sociedade guaçuana, o Relatório Contábil Financeiro contendo as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

Durante a gestão à frente da Diretoria desta entidade, sempre pautamos nosso trabalho na busca da excelência no fiel cumprimento da missão institucional de desenvolver e proporcionar ações de saúde para todos, com qualidade e responsabilidade social.

Procuramos proporcionar sempre ao Corpo Clínico e a todos os funcionários as melhores condições de trabalho, o que a cada ano que passa fica mais difícil, uma vez que o somando-se todos os valores pagos pelo Convênio SUS, mais os recursos próprios da Prefeitura Municipal, a conta não fecha, pois chega-se a uma importância que não é suficiente para cobrir o custo dos serviços prestados.

A **SANTA CASA** ratifica a sua condição de ser o **único hospital privado** que atende usuários do convênio SUS na cidade de Mogi Guaçu, o que faz com muita competência e dedicação.

A entidade fecha suas contas com um déficit da ordem de **R\$ 7.392.429,14**(Sete milhões, trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e catorze centavos), fruto principalmente dos inevitáveis aumentos dos custos, da pandemia covid 19 e falta de reajuste na tabela do convênio SUS.

Apesar disto ressaltamos que a **SANTA CASA**, favorecida pelo permanente auxílio da Divina Providência, conseguiu honrar, a duras penas neste ano de 2022, mais uma etapa da sua já tão longa e nobre missão de servir a todos, indistintamente.

Romildo Fontaniello
Provedor



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
ATIVO CIRCULANTE		16.707.045	14.852.484
<i>DISPONIBILIDADES</i>		<i>1.577.295</i>	<i>516.511</i>
Bens Numerários		147.337	161.136
Depósitos Bancários a Vista-Recursos Livres	NE-3-D	6.411	147.064
Depósitos Bancários a Vista-Recursos Restritos	NE-3-D	139.200	6.504
Aplicações de Liquidez Imediata Recursos Livres	NE-3-E	1.250.667	77.929
Aplicações de Liquidez Imediata Recursos Restritos	NE-3-E	33.680	123.878
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		15.129.750	14.335.974
A Receber CONTRATUALIZAÇÃO "SUS"	NE-5	2.560.953	2.530.761
A Receber "OUTROS CONVÊNIOS e PARTICULARES"	NE-5	1.177.874	1.141.600
Convênio Estadual 420/2020 (Pró Santa Casa)	NE-5	819.000	756.000
Termo Aditivo 08 - Convênio 02/2019 - Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu	NE-5	1.253.000	1.920.000
Termo Aditivo 15 - Convênio 02/2019 - Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu	NE-5	1.500.000	-
Convênio Estadual 359/2020 (Santas Casas Sustentáveis)	NE-5	6.328.224	6.328.224
Adiantamentos e Convênios a Empregados		148.561	101.053
Custos e Despesas Antecipadas		31.500	45.000
Adiantamentos a Fornecedores		316.578	215.359
Estoques	NE-4	994.060	1.297.977
ATIVO NÃO CIRCULANTE		26.028.332	33.147.938
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		113.408	7.257.221
Valores a Realizar de Longo Prazo		113.408	109.997
Convênio Estadual 420/2020 (Pró Santa Casa)	NE-24	-	819.000
Convênio Estadual 359/2020 (Santas Casas Sustentáveis)	NE-24	-	6.328.224
IMOBILIZADO		25.914.924	25.890.716
Imóveis	NE-3-F	24.451.128	24.029.894
Bens Móveis	NE-3-F	13.687.781	13.654.434
(-) Subvenções para Investimentos a Realizar	NE-3-F	(908.544)	(1.201.177)
(-) Depreciação Acumulada	NE-3-F	(11.315.440)	(10.592.434)
TOTAL		42.735.377	48.000.422

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO		2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
PASSIVO CIRCULANTE		33.358.901	18.345.220
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		9.957.776	7.965.362
Fornecedores e Contas a Pagar		4.665.386	3.564.462
Outros Valores a Pagar		-	-
Honorários Médicos a Repassar	NE-9	2.063.306	1.373.959
Convênios para Funcionários		128.775	327.304
Outras Obrigações		375.600	453.908
Empréstimos de Curto Prazo	NE-13	4.269.900	3.536.029
(-) Encargos Financeiros a Apropriar		(1.545.190)	(1.290.299)
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		8.484.778	8.029.480
Salários a Pagar		1.116.632	982.227
Rescisões Parceladas a Pagar		311.014	554.543
INSS/FGTS e Contribuições a Recolher	NE- 6	4.756.813	4.602.609
Provisão de Férias a Pagar	NE-3-G	2.300.319	1.890.102
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		2.858.041	2.350.377
Impostos e Contribuições a Recolher		1.079.552	1.162.181
Impostos e Contribuições Parcelados - Curto Prazo	NE 14	2.191.305	1.427.639
(-) Encargos Financeiros e Pagamento a Apropriar		(412.815)	(239.443)
RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS		10.728.306	-
Convênios Federais a Realizar	NE-22	1.263.868	-
Convênios Estaduais a Realizar	NE-22	7.147.224	9.293.012
Convênios Municipais a Realizar	NE-22	1.500.000	-
Emenda Impositiva Estadual a Realizar	NE-22	417.214	-
Emendas Impositivas Municipais a Realizar	NE-22	400.000	-
DOAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS A REALIZAR		1.330.000	15.505.907
Sylvamo do Brasil Ltda	NE-22	1.330.000	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.118.385	18.965.748
OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO		15.118.385	18.965.748
Provisões para Contingências/Exigibilidades	NE-7-A	983.068	406.636
Convênios Estaduais a Realizar	NE-22	-	7.147.224
Pró Santa Casa e Santas Casas Sustentáveis			
Empréstimos a Longo Prazo	NE-13	12.645.643	10.573.790
(-) Encargos Financeiros a Apropriar		(3.833.745)	(2.621.743)
Impostos e Contribuições Parcelados - Longo Prazo	NE-14	6.348.351	4.386.293
(-) Encargos Financeiros a Apropriar		(1.535.232)	(926.452)
Parcelamento Débito Sindicato		510.300	-
PASSIVO A DESCOBERTO		(5.741.909)	1.396.443
Patrimônio Social		2.632.532	2.392.532
Ajuste de Avaliação Patrimonial		18.832.422	19.573.345
Déficit Acumulado		(27.206.863)	(20.569.434)
TOTAL		42.735.377	38.707.410

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



**DRE – DEMONSTRAÇÃO DO
SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) DO
EXERCÍCIO POR CONVÊNIO**

TOTAL DAS RECEITAS POR CONVÊNIO - EXERCÍCIO DE 2022			
CONTAS DE RESULTADO	RECEITAS COM PACIENTES DO CONVÊNIO SUS	RECEITAS COM PACIENTES NÃO SUS	RECEITA TOTAL
TOTAL DAS RECEITAS P/CONVÊNIO	44.352.500,73	21.990.846,10	66.343.346,83
RECEITAS DIRETAS DO CONVÊNIO SUS	16.547.306,06		16.547.306,06
RECEITAS DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	20.278.750,48		20.278.750,48
RECEITAS DE ISENÇÕES FISCAIS USUFRUIDAS	7.516.280,19		7.516.280,19
SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS NÃO REMUNERADOS	10.164,00		10.164,00
RECEITAS COM PACIENTES NÃO SUS		21.990.846,10	21.990.846,10
TOTAL DOS CUSTOS E DESPESAS POR CONVÊNIO - EXERCÍCIO DE 2022			
CONTAS DE RESULTADO	CUSTOS E DESPESAS COM PACIENTES DO CONVÊNIO SUS	CUSTOS E DESPESAS COM PACIENTES NÃO SUS	TOTAL dos CUSTOS e DESPESAS
	58.775.231,49	14.960.544,48	73.735.775,97
SUBTOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	47.526.558,89	14.044.048,21	61.570.607,10
SALÁRIOS DIRETOS	13.049.403,99	3.858.215,04	16.907.619,03
ENCARGOS SOCIAIS	4.155.011,67	1.237.030,69	5.392.042,36
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	2.232.428,63	662.304,65	2.894.733,28
HONORÁRIOS MÉDICOS	13.145.283,46	3.880.557,58	17.025.841,04
SERVIÇOS TÉCNICOS DE TERCEIROS	3.218.442,12	943.659,49	4.162.101,61
CONSUMO DE MEDICAMENTOS	3.809.040,51	1.120.923,61	4.929.964,12
CONSUMO DE MATERIAIS HOSPITALARES	2.664.988,74	791.115,34	3.456.104,08
ORTESSES E PROTESES	1.754.111,56	499.754,97	2.253.866,53
MATERIAIS DIRETOS DE EXAMES	146.276,38	51.550,05	197.826,43
MATERIAIS DE ASSEPSIA, HIGIÊNE E LIMPEZA	214.783,03	63.718,53	278.501,56
COMBUSTÍVEIS DE USO INTERNO	39.781,56	11.858,14	51.639,70
IMPRESSOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE	124.955,83	37.255,06	162.210,89
GENEROS ALIMENTÍCIOS	680.536,31	198.186,82	878.723,13
OXIGÊNIO E GASES MEDICINAIS	209.934,74	62.045,23	271.979,97
GASTOS COM DESCARTÁVEIS	23.264,20	7.607,51	30.871,71
ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA E COMUNICAÇÕES	734.490,15	216.912,37	951.402,52
MANUTENÇÃO E REPAROS	872.487,35	259.583,99	1.132.071,34
GASTOS GERAIS	451.338,66	141.769,14	593.107,80
SUBTOTAL DE OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	3.732.392,41	916.496,27	4.648.888,68
DESPESAS FINANCEIRAS	2.363.685,11	744.914,81	3.108.599,92
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	97,00	2.455,79	2.552,79
DEPRECIÇÃO	726.075,21	169.125,67	895.200,88
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CIVEIS/TRAB	642.535,09	-	642.535,09
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CIVEIS/TRAB	-	-	-
SUBTOTAL DE DESPESAS DEVIDAS E ISENTAS POR INCENTIVO FISCAL	7.516.280,19	-	7.516.280,19
DESPESAS DEVIDAS E ISENTAS P/INC.FISCAL	7.516.280,19	-	7.516.280,19
RESULTADO FINAL POR CONVÊNIO - EXERCÍCIO DE 2021			
CONVÊNIO	CONVÊNIO SUS	PACIENTES NÃO SUS	TOTAL
RESULTADO FINAL P/CONVÊNIO	(14.422.730,76)	7.030.301,62	(7.392.429,14)

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



**ANÁLISE ECONÔMICA E
FINANCEIRA**

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA		
INDICADORES	2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
LC = LIQUIDEZ CORRENTE	0,50	0,81
Fórmula: Ativo Circulante/Passivo Circulante		
LG = LIQUIDEZ GERAL	0,35	0,59
Fórmula: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)		
SG = SOLVÊNCIA GERAL	0,88	1,29
Fórmula: Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)		

OUTROS DADOS - Balanço encerrado em 31/12/2022		
RECEITA TOTAL	58.827.066,64	55.216.292,43
RECEITA PÚBLICA (CONVÊNIO SUS)	36.836.220,54	34.630.850,78
RECEITA PRIVADA (PACIENTES NÃO SUS)	21.990.846,10	20.585.441,65
DESPESA TOTAL	73.735.775,97	65.724.015,98
DESPESAS COM RH DIRETO	25.194.394,67	23.179.774,90
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.162.101,61	2.608.758,70



**DMPL – DEMONSTRAÇÃO DAS
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

ITENS	PATRIMÔNIO SOCIAL - R\$ 1	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL R\$ 1	DÉFICIT ACUMULADO R\$ 1	TOTAL - R\$ 1
BALANÇO 31/12/2021	2.392.532	19.573.345	(20.569.434)	1.396.443
Transferência para Resultados Acumulados	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(740.922)	740.922	-
Ajuste de Resultados Anteriores	-	-	14.078	14.078
Doações Patrimoniais	240.000	-	-	240.000
Superávit (Déficit) do Exercício	-	-	(7.392.429)	(7.392.429)
BALANÇO 31/12/2022	2.632.532	18.832.422	(27.206.863)	(5.741.909)



**DFC DEMONSTRAÇÃO DO
FLUXO DE CAIXA**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
Superávit (Déficit)Líquido	(7.392.429)	(3.369.362)
Depreciação	723.006	740.922
Ajustes de Resultados Anteriores	14.078	802.162
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais		
Contas a Receber no Curto Prazo	(66.466)	(811.984)
Contas a Receber/a Realizar no Longo Prazo	(3.411)	5.054.227
Convênios a Realizar no Curto Prazo	(896.000)	1.463.537
Convênios a Realizar no Longo Prazo	-	(7.084.224)
Adiantamentos e Convênios para Funcionários	(47.508)	37.996
Adiantamentos a Fornecedores	(101.219)	(88.085)
Custos e Despesas Antecipadas	13.500	(8.747)
Estoques	303.917	(182.478)
(Redução)/Aumento nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	1.100.924	349.358
Cheques Emitidos a Compensar	-	(5.557)
Honorários Médicos a Repassar	689.347	(157.182)
Convênios para Funcionários	(198.529)	86.663
Obrigações Trabalhistas	45.081	(269.524)
Obrigações Tributárias	(82.629)	(95.321)
Contas Diversas a Pagar	(78.308)	469.253
Projetos e Convênios a Realizar	1.435.294	-
Provisão para Férias a Pagar	410.217	(134.495)
= Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.131.137)	(3.202.840)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
Pagamentos pela compra de imobilizado	(454.581)	(2.068.467)
Subvenções para Investimentos	(292.633)	(105.338)
Doações de Pessoas Jurídicas a Realizar	1.330.000	-
Doações Patrimoniais	240.000	814.006
= Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	822.786	(1.359.799)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
Empréstimos de Curto Prazo	478.980	(84.286)
Parcelamentos de Curto Prazo	590.293	980.705
Empréstimos de Longo Prazo	859.852	1.498.504
Parcelamentos de Longo Prazo	1.353.278	878.785
Parcelamento Dívida com Sindicato	510.300	-
Provisões de Longo Prazo	576.432	(117.625)
= Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	4.369.135	3.156.083
= VARIAÇÃO LÍQUIDA	1.060.784	(1.406.557)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2022 - R\$ 1,00	2021 - R\$ 1,00
No início do exercício	516.511	1.923.067
No final do exercício	1.577.295	516.511
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.060.784	(1.406.557)

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2022**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SANTA CASA DE MOGI GUAÇU**, foi fundada em 22/11/1913 sob a forma de **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SEM FINS LUCRATIVOS**, com o objetivo de prestar assistência médico-hospitalar de forma gratuita à população carente e de forma onerosa àqueles que puderem arcar com o custo do tratamento. É reconhecida como de utilidade pública pelas autoridades: **FEDERAL**: Dec. 86.668 – 30/11/1981, **ESTADUAL**: Dec. 3.585 – 23/04/1971, e **MUNICIPAL**: Dec. 312 – 22/02/1961. A entidade possui também a necessária **CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE CNES nº 2096463**.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Leis e Normas Contábeis Brasileiras, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações com as Leis nºs 11.638/2007, 11.941/09 e 12.101/09), nos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Observam também as exigências do Decreto Lei Nº 7237/10, da Portaria do MS nº 3355/10 e Resolução do CNAS nº 109/09. A divulgação é feita de forma comparativa com a do exercício anterior.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

As contas de DESPESAS e RECEITAS são reconhecidas respeitando o Princípio da COMPETÊNCIA.

B. ATIVO CIRCULANTE

As contas a receber de curto prazo estão registradas pelo valor original, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos.

C. MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcionada da entidade.

D. SALDOS BANCÁRIOS

As contas bancárias estão subdivididas em dois grupos. O primeiro grupo apresenta as contas de livre movimentação, portanto **SEM RESTRIÇÃO DE USO** a seguir relacionadas:

SALDOS BANCÁRIOS DE RECURSOS LIVRES SEM RESTRIÇÕES DE USO	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
Bco. Santander S/A – Conta 373-3	2.867,49	2.152,59
Caixa Econômica Federal – Conta 002-0	254,48	254,48
Caixa Econômica Federal – Conta 555-7	3.118,99	1.695,40
Sicoob Unimais – Conta 1767-1	169,73	142.147,34
Sicred Conta 97520-2	0,00	1,00
Sicred Conta 59795-1	0,01	813,29
TOTAL	6.410,70	147.064,10

O segundo grupo representa as contas onde são movimentados os recursos oriundos de convênios mantidos pela entidade com o poder público, e também com outras empresas ou entidades, portanto **COM RESTRIÇÕES NO SEU USO**. Os saldos bancários eram os seguintes:

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



SALDOS BANCÁRIOS COM RESTRIÇÕES DE USO	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
Bco. do Brasil S/A – Conta 13742-1 Pró Santas Casas	14.247,10	1.009,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 40970-4 Stas. Casas Sustentáveis	43.959,53	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 40065-7	659,06	363,23
Bco. do Brasil S/A – Conta 48957-3	32.563,82	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 47824-5	600,00	600,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 48626-4	1.314,90	2.271,90
Bco. do Brasil S/A – Conta 48957-3	600,00	600,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 51931-6	1.712,40	1.498,40
Bco. do Brasil S/A – Conta 51963-4	3.097,37	161,50
Bco. do Brasil S/A – Conta 55426-X	374,00	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 56513-X	38.840,98	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 56515-6	996,31	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 57238-1	2,00	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 57454-6	134,00	0,00
Caixa Econômica Federal – Conta 1536-0	98,63	0,00
TOTAL	139.200,10	6.504,03

E. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo total da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência e estão aplicados na modalidade de curto prazo. Também estão divididas em **APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE UTILIZAÇÃO SEM RESTRIÇÕES DE USO** cujos saldos estão a seguir relacionados:

SALDO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS LIVRES SEM RESTRIÇÕES DE USO	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
Bco. do Brasil S/A – Conta 2292-6 Fundo Fixo	0,00	1.037,49
Bco. do Brasil S/A – Conta 2292-6 Rende Fácil	18.703,91	0,00
Caixa Econômica Federal – Conta 1536-0	40,18	770,83
Caixa Econômica Federal – Conta 555-7	23,48	47.386,82
Bco. Santander S/A – Conta 675-3	1.224.895,72	20.660,83
Bco. Santander S/A – Conta 373-3	5.986,35	7.851,42
Sicredi – Conta 97520-2	221,33	221,27
Sicredi – Conta 59795-2	795,91	0,00
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÕES DE USO	1.250.666,88	77.928,66

e **APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO DE USO** são compostas pelos seguintes valores:

SALDOS DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
Bco. do Brasil S/A – Conta 47824-5	392,28	1.202,94
Bco. do Brasil S/A – Conta 48957-3	1.316,67	1.217,28
Bco. do Brasil S/A – Conta 47824-5	1.297,59	1.199,63



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.022 – CNPJ 52739.950/0001-36

Bco. do Brasil S/A – Conta 40970-7 Stas. Casas Sustentáveis	0,00	61.236,69
Bco. do Brasil S/A – Conta 47836-9	0,00	30.778,96
Bco do Brasil S/A – Conta 48638-8	0,00	108,80
Bco. do Brasil S/A – Conta 51381-4	2.656,45	2.455,93
Caixa Econômica Federal – Conta Educasus - Telemedicina	28.017,11	25.677,31
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO DE USO	33.680,10	123.877,54

F. IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a legislação fiscal, com base nas taxas abaixo relacionadas:

Edifícios	4% a.a.	Equipamentos de Informática	20% a.a.	Demais Bens.	10% a.a.
-----------	---------	-----------------------------	----------	--------------	----------

Os valores que compõem o Ativo Imobilizado são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Bens Imóveis (*)	24.451.127,54	24.029.893,64
Bens Móveis	13.687.780,89	13.654.433,83
(–) Subvenções. p/Investimentos à Realizar	-908.544,41	-1.201.177,41
(–) Depreciação Acumulada	-11.315.439,58	-10.592.433,60
TOTAL	25.914.924,44	25.890.716,46

As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/2009 requerem que seja realizada avaliação da recuperabilidade ou "*impairment test*" de todos os itens integrantes do Ativo Imobilizado sempre que houver indício de perda, objetivando prevenir para que nenhum bem esteja registrado por valor maior que o da sua efetiva realização, quer seja pela sua venda ou pelo seu uso (dos dois o maior).

A entidade avaliou os seus bens e não identificou perdas a serem registradas por valor realizável menor do que o valor contábil, ressaltando também que nos exercícios anteriores não houve reavaliação destes bens, que ao longo do tempo foram depreciados pelas taxas permitidas pela legislação fiscal. Verifica-se, portanto, com evidências claras, que o Ativo Imobilizado tem seu valor inferior ao valor recuperável, motivo pelo qual não foi necessária a realização de provisão para perda sobre os bens patrimoniais.

G. PROVISÃO DE FÉRIAS

Atinge **R\$2.300.318,68** e foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, incluídos os encargos sociais correspondentes.

H. PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, atualizados conforme as taxas constantes dos contratos e calculados até 31/12/2022

4. ESTOQUES

Os estoques referem-se a medicamentos, materiais hospitalares e outros produtos utilizados pelo hospital e estão avaliados pelo custo médio.

CONTAS	31/12/2022	31/12/2021
Drogas e Medicamentos	560.876,72	633.123,88
Materiais Hospitalares	329.041,19	540.034,73
Outros	104.142,46	124.818,31
TOTAL DOS ESTOQUES	994.060,37	1.297.976,92

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



5. CONTAS A RECEBER

CONTAS	31/12/2022	31/12/2021
Valor a receber ref. aos recursos federais oriundos da CONTRATUALIZAÇÃO DO SUS	2.706.085,12	1.845.471,03
(-) Antecipação CONVÊNIO SUS	-191.872,36	0,00
Valor a receber ref. aos recursos municipais oriundos da CONTRATUALIZAÇÃO DO SUS	0,00	450.000,00
Valor a receber ref. recursos municipais para CIRURGIAS ONCOLÓGICAS – CONVÊNIO HOSPITAL MUNICIPAL TABAJARA RAMOS	0,00	235.290,27
Valor a receber ref. ao Convênio 03/2022 – Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu Cirurgias Ortopédicas	46.740,00	0,00
Contas a Receber – Convênios Estaduais – Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa - 12 Parcelas de R\$ 63.000,00	819.000,00	756.000,00
Contas a Receber – Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis – 12 Parcelas de R\$ 527.352,00	6.328.224,00	6.328.224,00
Valor a Receber ref. TA nº 08 – Convênio 02/2019 – Custeio UTI Covid 19 – Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu	1.253.000,00	1.920.000,00
Valor a Receber ref. TA nº 15 – Convênio 02/2019 – Recursos	1.500.000,00	0,00
SUBTOTAL A RECEBER DO CONVÊNIO SUS	12.461.176,76	11.534.985,30
Valores a Receber de Outros Convênios	1.318.957,89	991.315,76
Contas a Receber de Particulares	-141.083,91	150.284,02
TOTAL DAS CONTAS A RECEBER	13.639.050,74	12.676.585,08

6. INSS/FGTS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

São os valores a recolher em 31/12/2022 referente às contribuições previdenciárias e sindicais, além da contribuição para o FGTS que representa o maior valor conforme abaixo:

CONTAS	31/12/2022	31/12/2021
INSS a Recolher	956.600,08	1.172.097,43
Contribuições Sindical / Assist. e Confederativa	36.831,28	311.477,32
FGTS a Recolher	3.763.381,91	3.119.034,04
TOTAL A RECOLHER	4.756.813,27	4.602.608,79

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS/EXIGIBILIDADES DE LONGO PRAZO

A. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas informações dos seus assessores jurídicos, a entidade mantém a necessária provisão para fazer face às contingências, cíveis e trabalhistas. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

CONTA	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	983.068,00	406.636,24



B. PROCESSO MOVIDO PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN REPRESENTADA PELA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU – NÃO PROVISIONADO

ÁREA DE DIREITO PÚBLICO

Autuante: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Autuado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Guaçu

Objeto: Nulidade de auto de infração – Diferença de recolhimento de FGTS (mensal, 10%, 40% e rescisório)

Ação: Trabalhista

Processo: 0011590-49.2019.5.15.0071

Vara: do Trabalho de Mogi Guaçu

Valor da causa: R\$ 2.402.627,30

Distribuição: 28/10/2019

Andamentos:

Concedida liminar para suspender a exigibilidade da cobrança até o trânsito em julgado

Apresentada defesa da União

Aguardando Sentença

Não provisionamento

A Diretoria, apesar do parecer do Departamento Jurídico, classificando como uma causa de provável de condenação, optou por não realizar a provisão para este processo, considerando que o prognóstico mais adequado seja o da possível condenação e que a sentença deverá ser conhecida apenas depois de 2023.

8. APLICAÇÃO DOS RECURSOS E IMUNIDADE FISCAL

Tendo em vista que a Santa Casa:

- aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional,
- não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes,
- em caso de dissolução ou extinção da Santa Casa, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou uma entidade publica a critério da Instituição e
- não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma, mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas,

Assim, a entidade está imune ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional – CTN, de acordo com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e no art. 29 a entidade faz jus a isenção do pagamento das contribuições de que trata os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

9. HONORÁRIOS MÉDICOS A REPASSAR

No total das contas a receber do Convênio SUS e de Outros Convênios, estão incluídos os valores dos honorários médicos a repassar que conforme demonstrado no passivo exigível atinge o montante de **R\$ 2.063.305,90**.

10. DOAÇÕES RECEBIDAS

São valores que a entidade recebe de **PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS**, em caráter definitivo. São constituídas de recursos financeiros, ou direito de propriedade de bens móveis e imóveis e destinam-se ao custeio, investimentos e imobilizações da entidade, sem contrapartida dos benefícios dos recursos. Estes valores estão assim distribuídos:

DOADORES	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
Pessoas Físicas	80.912,70	56.169,40



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.022 – CNPJ 52739.950/0001-36

Campanha de Doações pela Conta de Água	50.507,10	37.541,84
Doações Campanhas Voluntárias	30.150,00	0,00
Pessoas Jurídicas	96.057,52	1.372.372,73
Doações em Materiais de Consumo	173.451,49	281.515,68
TOTAL DAS DOAÇÕES RECEBIDAS	431.078,81	1.747.599,65

11. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RECEBIDAS

São as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades: públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas caracterizadas ou não pela contraprestação de bens e serviços da beneficiária dos recursos. A entidade recebeu auxílios e subvenções do Poder Público assim distribuídos:

ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2022	EXERCÍCIO DE 2021
FEDERAL	Subvenções para Custeio Covid 19	0,00	4.367.500,00
	Termo Aditivo nº 08 – Convênio 02/2019	667.000,00	0,00
	Subvenções de Emendas Parlamentares	650.000,00	0,00
	Subvenções Federais Realizadas	128.892,76	0,00
	TOTAL DE SUBVENÇÕES FEDERAIS RECEBIDAS	1.445.892,76	4.367.500,00

ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2022	EXERCÍCIO DE 2021
ESTADUAL	Convênio 420/2020 Pró Santa Casa 12 parcelas de R\$ 63.000,00	756.000,00	756.000,00
	Convênio 359/2020 Santas Casas Sustentáveis 12 parcelas de R\$ 527.352,00	6.328.224,00	6.328.224,00
	Contribuição de Solidariedade – Cartórios	127.636,40	122.707,51
	Subvenções Custeio Realizadas Projeto	282.786,28	0,00
	TOTAL DE SUBVENÇÕES ESTADUAIS RECEBIDAS	7.494.646,68	7.206.931,51

ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2022	EXERCÍCIO DE 2021
MUNICIPAL	Recursos Próprios recebidos da municipalidade por conta da CONTRATUALIZAÇÃO DO CONVÊNIO SUS	6.642.190,00	5.860.060,21
	Subvenção para Custeio Termo Aditivo 03/2021 – Convênio 01/2020	0,00	960.000,00
	Subvenção Custeio Eletivas	1.454.360,80	0,00
	Termo Aditivo nº 15 – Convênio 02/2019	1.500.000,00	0,00
	Emenda impositiva para Custeio	0,00	434.000,00
	Emenda impositiva para Investimentos	1.477.920,00	50.000,00
	TOTAL DE SUBVENÇÃO MUNICIPAL RECEBIDAS	11.074.470,80	7.304.060,21

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



12. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS REALIZADAS

São os valores das subvenções para investimentos que foram realizados durante este exercício. A realização ocorre de acordo com a depreciação dos bens adquiridos e/ou do seu uso pela entidade

ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2022	EXERCÍCIO DE 2021
FEDERAL	Receitas Realizadas Projeto Educasus	1.400,04	3.387,91
	Subvenções para Investimentos Realizadas	128.892,76	114.472,83
	TOTAL DE SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS REALIZADAS	130.292,80	117.860,74
ESTADUAL	Subvenções para Investimentos Realizadas	162.340,56	162.340,20

13. ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO - EMPRÉSTIMOS:

Para manter o atendimento ao Convênio SUS a SANTA CASA é obrigada a recorrer a empréstimos bancários e de outras fontes oferecendo como garantia o próprio faturamento dos serviços prestados. Em 31/12/2022 a situação era a seguinte:

CREDOR	CURTO PRAZO - VENCIMENTO ATÉ 31/12/2023			LONGO PRAZO - VENCIMENTO APÓS 31/12/2023			TOTAL DE EMPRÉSTIMOS A PAGAR
	QTDE. DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA MENSAL	TOTAL A PAGAR	QTDE. DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA MENSAL	TOTAL A PAGAR	
GIRO SUS - SANTANDER	12	266.170,02	3.194.040,29	38	266.170,02	10.102.284,41	13.296.324,70
(-) JUROS A APROPRIAR			(1.259.132,97)			(3.567.141,07)	
EMPRÉSTIMO SICOOB 2021	12	32.636,61	391.639,31	36	32.636,61	1.174.917,90	1.566.557,21
(-) JUROS A APROPRIAR	JUROS PÓS FIXADOS						
EMPRÉSTIMO SICOOB 2022	12	57.018,37	684.220,44	24	57.018,37	1.368.440,88	2.052.661,32
(-) JUROS A APROPRIAR			(286.057,13)			(266.604,19)	
TOTAL GERAL DO ENDIVIDAMENTO		R\$4.269.900,04			R\$12.645.643,19		R\$16.915.543,23

14. FGTS PARCELADO:

A entidade mantém também parcelamento referente aos débitos do FGTS, como demonstrado a seguir:

PARCELAMENTO DO FGTS	CURTO PRAZO - VCTO EM 2023			LONGO PRAZO - VCTO APÓS 12/2023			TOTAL DO FGTS PARCELADO COM JUROS
	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	
FGTS PARCELADO	12	52.702,28	632.427,40	4	52.702,28	219.502,45	851.929,85
(-) JUROS A APROPRIAR			(76.638,60)			(31.932,75)	
TOTAL GERAL DO PARCELAMENTO COM JUROS			632.427,40			219.502,45	851.929,85



15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS:

Para fazer frente às dificuldades na geração de caixa para pagamento dos impostos e contribuições em dia a **SANTA CASA**, foi obrigada a parcelar os impostos e contribuições de sua responsabilidade, e estão demonstrados a seguir:

IMPOSTO CONTRIBUIÇÃO PARCELADO	CURTO PRAZO - VCTO EM 2023			LONGO PRAZO - VCTO APÓS 12/2023			TOTAL DOS IMPOSTOS PARCELADOS COM JUROS
	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	
PARCELAMENTO IRRF/CSRF 2020	12	5.332,10	63.985,22	105	5.332,10	559.874,75	623.859,97
(-) JUROS A APROPRIAR IRRE/CRE			(17.186,76)			(150.384,15)	
PARCELAMENTO IRRF/CSRF	12	4.164,42	49.973,00	84	4.164,42	349.813,47	399.786,47
(-) JUROS A APROPRIAR IRRE/CRE			(14.755,67)			(103.289,38)	
PARCELAMENTO INSS	12	3.681,99	44.183,88	73	3.681,99	268.785,27	312.969,15
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(9.731,03)			(59.200,08)	
PARCELAMENTO IRRF/CSRF 2021	12	10.119,93	121.439,14	47	10.119,93	475.636,68	597.075,82
(-) JUROS A APROPRIAR IRRF/CRF			(30.696,60)			(120.228,35)	
PARCELAMENTO INSS 2021	12	44.902,56	538.830,72	26	44.902,56	1.167.466,29	1.706.297,01
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(90.433,97)			(213.753,02)	
PARCELAMENTO CONTRIB. FEDERAIS	12	36.618,29	439.419,48	41	36.618,29	1.501.349,61	1.940.769,09
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(81.302,92)			(277.784,01)	
PARCELAMENTO INSS 2022	12	4.335,71	52.028,53	42	4.335,71	181.894,92	233.923,45
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(12.158,51)			(38.346,07)	
PARCELAMENTO INSS 03 A 07/2021	12	11.368,40	136.420,80	59	11.368,40	666.947,38	803.368,18
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(48.296,79)			(244.979,72)	
PARCELAMENTO PERT SAUDE 2022	12	9.383,15	112.597,80	102	9.383,15	957.080,25	1.069.678,05
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(31.614,14)			(295.334,86)	
TOTAL GERAL DOS PARCELAMENTOS COM JUROS		129.906,55	1.558.878,57		129.906,55	6.128.848,62	7.687.727,19

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<

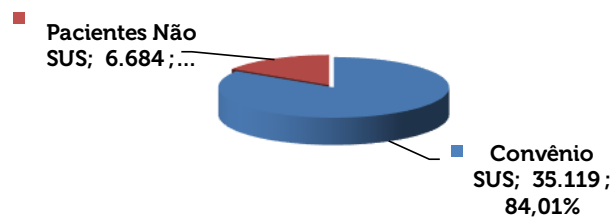


16. CONVÊNIO SUS – INTERNAÇÕES – PACIENTES DIAS

As exigências da lei 12101/2009, que regulamenta a Certificação da Filantropia, estão perfeitamente atendidas, pois, foram 35.119 pacientes dias do **CONVÊNIO SUS INTERNADOS**, representando **84,01% do total de pacientes-dias internados**, contra os 60%(sessenta por cento) exigidos. Destaque-se que a exigência legal engloba 60% dos atendimentos em internações e mais os atendimentos ambulatoriais.

INTERNAÇÕES	PACIENTES-DIAS			
	2022	% S/TOTAL	2021	% S/TOTAL
Convênio SUS	35.119	84,01%	31.640	83,44%
Pacientes Não SUS	6.684	15,99%	6.280	16,56%
TOTAL DAS INTERNAÇÕES	41.803	100,00%	37.920	100,00%

PACIENTES-DIA INTERNADOS | 2022



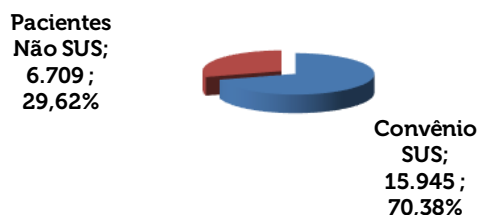
17. CONVÊNIO SUS | PRONTO SOCORRO

ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Também nos atendimentos de urgência e emergência esta exigência se mostra realizada, visto que os serviços de internação prestados aos pacientes do SUS foi de 84,014% do total de pacientes dias, e 70,38% dos procedimentos de urgência e emergência, dos atendimentos realizados pela Instituição no ano 2022,

PRONTO SOCORRO ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS			
	2022	% S/TOTAL	2021	% S/TOTAL
Convênio SUS	15.945	70,38%	14.453	76,15%
Pacientes Não SUS	6.709	29,62%	4.526	23,85%
TOTAL DOS ATENDIMENTOS	22.654	100,00%	18.979	100,00%

PRONTO SOCORRO ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 2022



contra os 60% (sessenta por cento) exigidos entre internações e pronto socorro. Estes percentuais demonstram claramente que a **SANTA CASA** cumpre fielmente o seu papel de entidade filantrópica.



18. CONVÊNIO SUS | RECEITA

Importante notar o desequilíbrio existente entre o volume dos atendimentos do Convênio SUS, que em 2022, conforme mencionado na Nota 16, representou 83,44 % dos pacientes-dias internados, enquanto o faturamento destes serviços gerou uma RECEITA de R\$ 41.769.312,18 correspondente a apenas 66,99 % da RECEITA TOTAL da entidade. Este valor está assim constituído:

DETALHAMENTO DAS RECEITAS:

ORIGEM	SITUAÇÃO DAS RECEITAS	2022	2021
SUS–Ministério da Saúde (Federal)	Receitas próprias da Santa Casa recebidas no exercício	14.043.257,10	13.626.787,09
	Receitas próprias da Santa Casa a receber no Ano Seguinte	2.514.212,76	1.845.471,03
	Termo Aditivo nº 08 Convênio 02/2019	667.000,00	0,00
	Emenda Parlamentar – Termo de Fomento	650.000,00	0,00
Governo Federal	Educasus realizados no exercício	1.400,04	3.387,91
	Subvenções p/ Custeio Realizadas no exercício	0,00	0,00
	Subvenções para Custeio – Covid 19 recebidas durante o exercício de 2021.	0,00	4.367.500,00
	Subvenções p/Investimentos Realizadas no exercício	128.892,76	114.472,83
Prefeitura Recursos Próprios	Recebidos no exercício	6.642.190,00	6.370.060,21
	A receber no Ano Seguinte	0,00	450.000,00
	Subvenção para Custeio das Cirurgias Eletivas	1.454.360,80	0,00
	Termo Aditivo nº 15 – Convênio 02/2019	1.500.000,00	0,00
	Emendas Impositivas Realizadas no Exercício	1.477.920,00	484.000,00
Governo Estadual	Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa – Valor recebido no exercício	756.000,00	756.000,00
	Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis – Valor recebido no exercício	6.328.224,00	6.328.224,00
	Lei 11021-01-Donativo dos Cartórios	127.636,40	122.707,51
	Subvenções p/Investimentos Realizadas no exercício	162.340,20	162.340,20
	Subvenções para Custeio Realizadas Projeto	282.786,28	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO CONVENIO SUS		36.736.220,34	34.630.950,78

Os valores federais referem-se as transferências feitas pelo Ministério da Saúde para a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, que na qualidade de Gestora da Saúde no município efetua o repasse para a Santa Casa de acordo com os termos da Contratualização entre as partes.

Os recursos próprios, como o nome já diz, são os valores que a Prefeitura aplica na saúde pública através de subvenção à Santa Casa.

A **SANTA CASA** recebe também valores subvencionados pelo Governado Estadual através da Secretaria Estadual de Saúde.



19. CONVÊNIO SUS – GRATUIDADES

No cumprimento da sua missão institucional de proporcionar atendimento para todos, manter o atendimento do Convênio SUS sempre foi mais que uma prerrogativa da **SANTA CASA**. Ao longo dos seus 106 anos de história, a **SANTA CASA** vem cumprindo a sua missão.

O valor pago pela tabela do Convênio SUS não é suficiente sequer para cobrir o custo dos atendimentos dos seus pacientes. Importante ressaltar que os valores pagos pelo SUS referem-se a serviços efetivamente prestados pela entidade.

Esta diferença está demonstrada como **Gratuidades – Serviços Não Remunerados** que neste exercício atingiram a expressiva cifra de **R\$ 14.574.506,13**, que representa na realidade o **DÉFICIT GERADO PELO ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO CONVÊNIO SUS**.

20. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo à Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa. Em primeira instância encontram-se os trabalhos voluntários, que, sem nenhuma remuneração são prestados pelos membros da DIRETORIA e do CONSELHO FISCAL da entidade. A mensuração destes trabalhos foi feita com base nas horas dispendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais. **Em 2022 as horas de trabalho foram valorizadas em R\$ 10.164,00.**

21. CERTIFICAÇÃO DA FILANTROPIA

A Lei 12.101/2009 regulamentada pelo Decreto 7.237/10 determina que as entidades da área da saúde, para fazer jus ao Certificado de Filantropia, deve comprovar a oferta de **60%** da sua capacidade de atendimento para o Convênio SUS, o que está perfeitamente demonstrado nas **NOTAS 16, 17 e 18**.

22. CONVÊNIOS, EMENDAS IMPOSITIVAS E DOAÇÕES A REALIZAR

Referem-se a verbas remanescentes de convênios destinados a compra de equipamentos. Serão realizadas de acordo com os termos de cada convênio

CONVÊNIOS FEDERAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2022	2021
Convênio Educasus/Telemedicina	10.868,01	10.868,01
TOTAL DOS CONVÊNIOS FEDERAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	10.868,01	10.868,01
CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2022	2021
Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa 12 parcelas de R\$ 63.000,00	819.000,00	756.000,00
Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis 12 parcelas de R\$ 527.352,00	6.328.224,00	6.328.224,00
TOTAL DOS CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	7.147.224,00	7.084.224,00
EMENDAS IMPOSITIVAS ESTADUAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2022	2021
Emendas Impositivas Estaduais a Realizar	417.213,72	0,00
CONVÊNIO MUNICIPAL A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2022	2021
Termo Aditivo nº 08 – Convênio 02/2019	1.253.000,00	1.920.000,00
Termo Aditivo nº 15 – Convênio 02/2019	1.500.000,00	0,00
TOTAL DOS CONVÊNIOS MUNICIPAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2.753.000,00	1.920.000,00



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.022 – CNPJ 52739.950/0001-36

EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAL A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2022	2021
Emendas Impositivas Municipal a Realizar	400.000,00	277.920,00
DOAÇÕES A REALIZAR (NÃO GOVERNAMENTAIS)	2022	2021
Doações de Pessoas Jurídicas a Realizar	1.330.000,00	0,00
CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO LONGO PRAZO	2022	2021
Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa 13 parcelas de R\$ 63.000,00 – A realizar em 2022	0,00	819.000,00
Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis 12 parcelas de R\$ 527.352,00 – A realizar em 2022	0,00	6.328.224,00
TOTAL DOS CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO LONGO PRAZO	0,00	7.147.224,00

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a elaboração das demonstrações financeiras que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Mogi Guaçu, 31 de dezembro de 2022

Romildo Fontaniello Provedor CPF: 441.210.598-91	Carlos Augusto dos Santos Borges Vice Provedor CPF: 006.639.596-83	André Luis Rovigatti Diretor Secretário CPF 079.648.268-32

José Maria Marcelo Diretor Tesoureiro CIC: 424.958.228-00	Reynaldo Luiz Lucon Diretor de Patrimônio CPF: 141.454.678-50	Sebastião dos Anjos Queiróz Contador CRC: 1SP063821-O/3



**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU

Mogi Guaçu – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Para o reconhecimento do ativo imobilizado a Entidade não está adotando a análise de vida útil do ativo, considerando a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, e definição do valor residual do bem, como descrito na norma contábil CPC-27, dessa forma a depreciação utilizada não reflete o padrão de consumo pela entidade sobre os benefícios econômicos esperados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida não foi suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase

Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentam déficit do exercício de R\$ 7.392.429,14 (sete milhões, trezentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quatorze centavos) e histórico de déficits recorrentes. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante quanto a capacidade operacional da Entidade. A continuidade dependerá das ações da administração da Entidade. As demonstrações contábeis



**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

foram preparadas com pressuposto de continuidade operacional normal de suas atividades e não incluem ajuste relativo a realização e classificação de ativos ou aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem lucrativos com registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em



**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São João da Boa Vista - SP, 10 de maio de 2023

PAES DE MENEZES AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC - 2SP023510/O-6



ANDREA SOARES PAES DE MENEZES
Contadora CRC-1SP-257968/O-5



**PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

Os membros do **CONSELHO FISCAL** da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, abaixo assinados, tendo procedido ao exame da escrituração contábil relativa ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022** através da documentação exibida pela contabilidade; que se encontra também à disposição de eventuais interessados, são de parecer que:

- O BALANÇO PATRIMONIAL,
- A DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / (DÉFICIT),
- A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL,
- A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
- AS NOTAS EXPLICATIVAS, e
- O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES acima transcrito,

REPRESENTAM FIELMENTE O MOVIMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ENTIDADE NO EXERCÍCIO DE 2022, merecendo total aprovação por parte deste CONSELHO e da ASSEMBLÉIA GERAL.

Mogi Guaçu, 31 de dezembro de 2022

Tiago Emílio Marconi Presidente do Conselho Fiscal CPF 274.881.628-54	Caio Albino de Souza Membro do Conselho Fiscal CPF: 276.318.528-20	Rafael Rondinelli Ceregatti Membro do Conselho Fiscal CPF: 269.077.178-08